



**Relatório de Monitoramento da Implementação e Cumprimento da  
Lei Estadual nº. 15.175/2012**

**Período de 1º de Janeiro a 31 de dezembro de 2015**

**Companhia de Água e Esgoto do Ceará - Cagece**

Janeiro de 2016



## EXPEDIENTE

### Corpo Gestor do Órgão

Neurisangelo Cavalcante de Freitas  
Diretoria da Presidente

Dario Sidrim Perini  
Diretoria de Gestão Corporativa

Francisco Josinete Souza Araújo  
Diretoria de Operações

José Carlos Asfor  
Diretoria de Engenharia

Francied Assis de Mesquita Ciriaco  
Diretoria de Planejamento e Captação de Recursos

Claudia Elizangela Caixeta Lima  
Diretoria de Mercado

Sileno Kleber Guedes Filho  
Diretoria Jurídica



**Comitê Setorial de Acesso à Informação – CSAI**

Nome: Adriana Silva Gonçalves

Função: Titular do Órgão ou Entidade ou autoridade com subordinação

Nome: Ana Carolina Bessa de Paula Barros de Freitas

Função: Assessor de Desenvolvimento Institucional ou cargo equivalente

Nome: Edenia Maria Torres Uchoa

Função: Ouvidor Setorial

Nome: Jucilene Maria Paulo

Função: Responsável pelo Serviço de Informação ao Cidadão - SIC



## SUMÁRIO

01 – Introdução .....	5
02 – Análise das solicitações de informações do período.....	6
02.1 – Quantidade de Solicitações de Informação por Meio de Entrada .....	6
02.2 – Quantidade de Solicitações de Informação por Classificação (Transparência Ativa, Transparência Passiva, Informação Pessoal, Indeferida e Não Atendida) .....	7
02.3 – Assuntos mais demandados apresentando análise e considerações/providências .....	8
02.4 – Quantidade de Solicitações de Informação por Município .....	8
02.5 – Situação das Solicitações de Informação.....	9
02.6 – Quantidades de Solicitações de Informação que geraram custo.....	10
02.7 – Resolutividade .....	11
03 – Dificuldades para implementação da Lei Estadual nº. 15.175 de 2012 .....	12
04 – Benefícios percebidos pela implementação da Lei Estadual nº. 15.175 de 2012 .....	12
05 – Ações empreendidas pelo Órgão ou Entidade com vistas a melhorar o perfil ou nível da transparência ativa, em virtude das informações solicitadas.....	13
06 – Classificações de documentos .....	14
07 – Considerações Finais .....	14
Comitê Setorial de Acesso à Informação – CSAI.....	15

## 01 – Introdução

A Companhia de Água e Esgoto do Ceará é uma sociedade de economia mista, vinculada à Secretaria das Cidades, criada pela Lei Nº 9.499, de 20 de julho de 1971, e foi reformulada pela Lei 15.348, de 02 de maio de 2013, permitindo a companhia exercer quaisquer atividades que guardem relação direta ou indireta com o setor, tanto no Estado do Ceará bem como em outros Estados da Federação e exterior, dentre as quais citamos: consultoria técnica; reuso; operação de aterros sanitários; venda de software; produção de águas industriais e tratamento de esgotos industriais e geração de energia elétrica (biogás).

Sua missão é contribuir para a melhoria da saúde e qualidade de vida, provendo soluções em saneamento básico, com sustentabilidade econômica, social e ambiental. Destaca-se como uma empresa de saúde pública e qualidade de vida, com forte conotação social e ambiental, mantendo como premissa a manutenção de seu caráter empresarial.

O negócio da empresa consiste em desenvolver soluções em saneamento básico, ou seja, propõe atuar fortemente na busca e desenvolvimento de tecnologias, processos, parcerias e modelo de gestão que propiciem a melhoria de seus resultados, a satisfação da população e de seus acionistas de forma a reforçar seu reconhecimento como empresa de referência nacional no setor de saneamento. Seus produtos e serviços atuais atendem pessoas físicas, entidades comerciais e industriais, organizações não governamentais e órgãos públicos.

Em 2015, a Cagece manteve seus serviços de abastecimento de água em 304 localidades. A população atendida foi de cerca de 5.429.128 milhões de habitantes, atingindo um índice de cobertura 98,16 da população urbana do Estado. No esgotamento sanitário, a Companhia manteve a marca de 86 localidades atendidas, beneficiando cerca de 2.218.625 milhões de habitantes e atingindo 40,10% de cobertura da população do Estado.

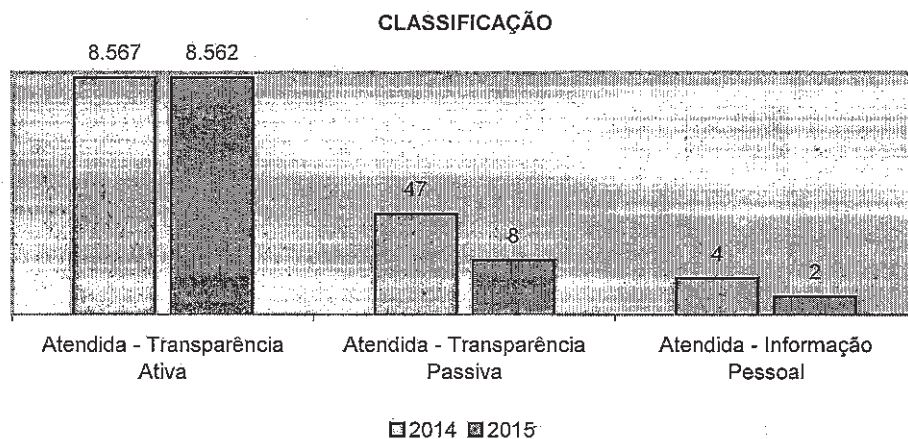
Com a criação da Lei Estadual nº 15.175, de 28 de junho de 2012 ficou instituído a formação do Comitê Setorial de acesso à Informação, composto por quatro membros com funções definidas na própria Lei. A Cagece através da portaria interna Nº 120/12/DPR indicou o seu comitê em 24 de Julho de 2012.

O Comitê Setorial de Acesso a Informação reúne-se sistematicamente para acompanhamento e avaliação das demandas de acesso a informação, bem como

O principal meio de acesso continua sendo o telefone (Central de Atendimento do Governo – 155), que representa 98,41% e 96,48%, respectivamente nos anos de 2014 e 2015 do total de solicitações de informações realizadas pela sociedade. Destacamos que em 2015 novos meios de entrada foram utilizados para solicitação de informações sendo eles o Reclame Aqui, e-mail e carta.

**02.2 – Quantidade de Solicitações de Informação por Classificação (Transparência Ativa, Transparência Passiva, Informação Pessoal, Indeferida e Não Atendida)**

CLASSIFICAÇÃO	2014	2015
Atendida - Transparência Ativa	8.567	8.562
Atendida - Transparência Passiva	47	8
Atendida - Informação Pessoal	4	2
<b>TOTAL</b>	<b>8.618</b>	<b>8.572</b>



Do total de 8.572 solicitações em 2015 e 8.618 em 2014, foram atendidas através de Transparência Ativa 8.567 e 8.562 solicitações, respectivamente. As Atendidas por Transparência Passiva e Informação Pessoal representaram apenas 0,59% (2014) e 0,12% (2015). Observa-se que nenhuma solicitação deixou de ser atendida ou foi indeferida nesse período.

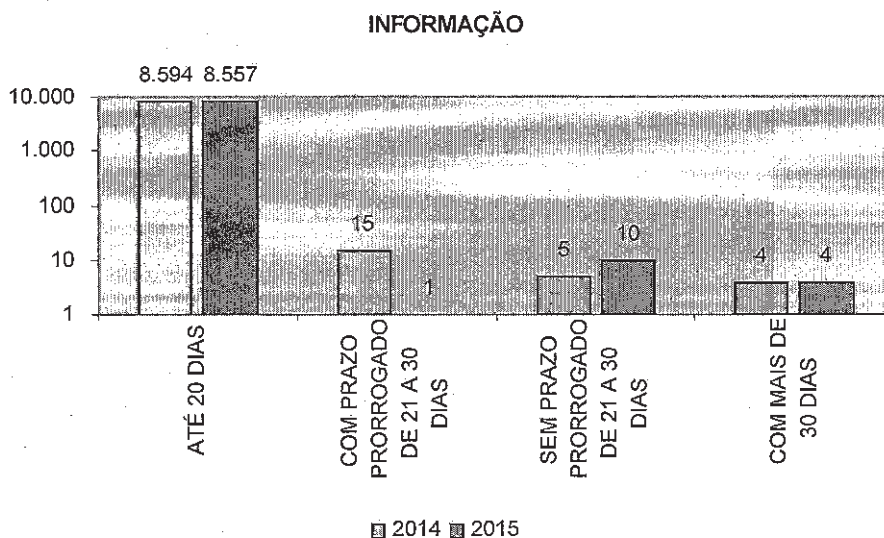
### 02.3 – Assuntos mais demandados apresentando análise e considerações/providências

ASSUNTOS MAIS DEMANDADOS	2014	2015
Entidades e Equipamentos Públicos e Horários de Atendimento ao Público	5.071	-
Orientações Referentes Aos Serviços Disponibilizados Pela Cagece	6	2.724
Informação Sobre Endereços e Telefones Dos Órgãos, Entidades e Equipamentos Públicos e Horários De Atendimento ao Público	1	2.597
Informação Sobre Órgãos e Entidades	862	797
Falta de Água	472	584
Vazamento no Imóvel	331	326
Fatura de Serviços de Água e Esgoto	226	111
Problema na Rede de Esgoto	199	128
Informações Relativas a Fatura de Consumo	192	149

Muitos dos assuntos temas das solicitações são informações sobre funcionamento e localização de atendimentos e informações sobre serviços que a Cagece fornece a sociedade. Percebemos que em 2015 os números são muito semelhantes a 2014.

### 02.4 – Quantidade de Solicitações de Informação por Município

MUNICÍPIOS	2014	2015
FORTALEZA	7.484	7.360
CAUCAIA	191	209
JUAZEIRO DO NORTE	194	188
MARACANAÚ	204	180
MARANGUAPE	38	53
EUSÉBIO	33	39
CRATEÚS	13	34
ITAPIOCA	12	33
PACATUBA	24	28
TAUÁ	15	12
VIÇOSA DO CEARÁ	5	6
ACARAPE	4	5
CHOROZINHO	1	5



Basicamente todas as informações solicitadas pela população nos anos de 2014 e 2015 foram atendidas no prazo de até 20 dias, ou seja, a Cagece demandou esforços para o cumprimento da Lei Estadual nº. 15.175/2012.

#### 02.6 – Quantidades de Solicitações de Informação que geraram custo

GERARAM CUSTO				
PERIODO	CUSTO PAGO	TOTAL DE DEMANDAS	GEROU CUSTO	VALOR TOTAL
2014	Não Informado	8.618	-	-
2015	Não Informado	8.572	-	-



Com as informações de resolutividade podemos confirmar que a Cagece atendeu todas as solicitações de informações realizadas em 2014 e 2015, ou seja, nenhum cidadão ficou sem resposta a sua demanda de informação.

### **03 – Dificuldades para implementação da Lei Estadual nº. 15.175 de 2012**

O Comitê Setorial de Acesso a Informação da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - Cagece, foi instituído em 24 de julho de 2012, porém até momento já sofreu várias alterações em sua composição, causando assim um prejuízo de continuidade em sua gestão. Talvez essas diversas composições ocorreram porque o mesmo é formado por colaboradores que precisam conciliar as atividades do Comitê com suas atividades diárias, que em muitos momentos geram conflitos de prioridades.

Outra dificuldade enfrentada se refere à estrutura física para receber demandas presenciais, o que desestimula a participação do cidadão que não tem acesso aos outros meio.

Podemos relatar também como outra dificuldade a identificação e definição de quais informações da Companhia deveriam ser caracterizadas como sigilosas, uma vez que ainda não tivemos retorno das informações classificadas e enviadas ao Cgai.

### **04 – Benefícios percebidos pela implementação da Lei Estadual nº. 15.175 de 2012**

Com a implementação da Lei de Acesso à informação, podemos identificar como principal benefício a transparência das informações que a população pode ter acesso. Podemos verificar que as demandas chegaram até o Comitê de Acesso a Informação através de vários meios e foram respondidas pela Companhia/áreas técnicas, de forma clara e dentro do prazo de tempo instituído pela LAI.

Informação tendo como principal atribuição consolidar e disponibilizar informações corporativas às diversas entidades com quem mantém relacionamento.

Seguindo uma tendência mundial, também foram implementados outros meios de comunicação e atendimento à população como as redes sociais: Twitter e Facebook.

#### **06 – Classificações de documentos**

A Cagece possui informações que realmente devem ser caracterizadas como sigilosas, pois nosso banco de dados é formado por informações que comprometem o gerenciamento e a operacionalização da Companhia. Também devem ser caracterizadas como confidenciais as informações pessoais de nossos clientes.

Desde 2012 o Csai submeteu ao Comitê Gestor de Acesso a Informação os formulários de solicitação de sigilo. Hoje estamos aguardando o parecer do Cgai para considerarmos como sigilosa tais informações.

#### **07 – Considerações Finais**

Através das ferramentas apresentadas ao longo do presente relatório pode-se observar que a Cagece vem estabelecendo mecanismos de adequação às exigências da Lei nº 15.175/2012, tanto no âmbito da transparência ativa quanto da passiva.

Isso fica claramente demonstrado nos números apresentados onde percebemos que todas as solicitações efetuadas foram respondidas, sendo 99% delas dentro do prazo estabelecido, representando o esforço da Companhia em fornecer aos cidadãos as informações de maneira organizada e efetiva.

Porém ainda restam muitos desafios no sentido de se adequar totalmente ao previsto em Lei principalmente ao que concerne ao pleno funcionamento do Comitê Setorial e classificação de informações sigilosas.

Fortaleza, 29 de janeiro de 2016.

### Comitê Setorial de Acesso à Informação – CSAI

  
Nome: Adriana Silva Gonçalves

Função: Titular do Órgão ou Entidade ou autoridade com subordinação

  
Nome: Ana Carolina Bessa de Paula Barros de Freitas

Função: Assessor de Desenvolvimento Institucional ou cargo equivalente

  
Nome: Edenia Maria Torres Uchoa

Função: Ouvidor Setorial

  
Nome: Jucilene Maria Paulo

Função: Responsável pelo Serviço de Informações ao Cidadão - SIC